

Gramsci e o estudo sobre as Forças Armadas: diálogos iniciais

RODOLFO SANCHES*

Resumo

O trabalho apresentado tem como objetivo central, e também o mais inicial, demonstrar como as categorias desenvolvidas e aprimoradas por Antonio Gramsci podem servir para o debate metodológico, e de apreensão histórica, das Forças Armadas. Em seguida, fez-se um rápido percurso entre os 1830 e 1970, cuja centralidade foi delinear, na dinâmica concreta da sociedade chilena, como surgiram e quais são as bases sobre a qual emerge as Corporações militares. Ademais, tem-se a preocupação de corroborar com a evidenciação das formas de mediação e fluxo *interno/externo*, isto é, civis e militares.

Palavras-chave: Forças Armadas; Aparelhos privados de hegemonia; Chile.



* **RODOLFO SANCHES** é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) – Unesp/Marília.

Introdução

O debate sobre os militares é um assunto que altera o comportamento de muitos dos teóricos e ativistas/militantes de esquerda. Supõe-se que com a caserna não há diálogo por conta de uma identificação entre o papel desempenhado pela Instituição, em alguns momentos da história, e a consciência dos militares. O fato de que no Estado atual, correspondente ao da hegemonia burguesa, os militares e suas corporações

possuírem o direito legal e o monopólio do uso legítimo das armas, faz de suas ações, militares ou Corporações, algo delicado.

Ocasionalmente por motivações de ordem contemporânea, qual seja o entendimento das reformas pró-mercado instaurados no Chile após o Golpe civil-militar de 1973, partimos do juízo que o estudo detido das ações militares, e também dos militares, se faz necessário para a compreensão dos problemas atuais e da forma como grande parte de tais medidas socioeconômicas foram implementadas no Chile no referido momento histórico.

Assim, em todos os casos em que um pesquisador se põe a analisar um momento histórico de ricas possibilidades e caminhos de pesquisa, o que primeiro salta aos olhos é a necessidade de compreender que a *aparência* dos fenômenos não corresponde, intimamente, à sua *essência*. Fosse uma identificação natural não haveria o porquê da existência



mesma da *ciência*. Logo, partindo deste princípio muito caro à corrente marxista, tratemos de avaliar as condições gerais sob as quais atuaram os militares no Golpe de Estado civil-militar no Chile.

Categorias gramscianas e o estudo dos militares: uma aproximação necessária

A correspondência que se tem, para Gramsci, entre as mediações do político, do social e do econômico é, para

nós, um segundo pilar importante para ericar quaisquer pesquisas. Trata-se do entendimento de que a busca pela *essência* dos fenômenos é também uma forma de *reconstruir* (e também *recontar*) a história e, assim, abrir novos flancos de utopia.

Em outro momento, Antonio Gramsci, diz que a distinção entre *sociedade civil* e *sociedade política* deve ter um caráter *metodológico* no sentido de contribuir para que a exposição da reflexão teórica tenha uma maior clareza. No entanto, ao fazer esta menção, o sardenho não está somente indicando um "proceder investigativo" senão que expõe uma crítica aos liberais, que, no seu todo, advogam a cisão *orgânica* entre estas duas dimensões¹. Esta cisão tem como

¹ Marx, em *A questão Judaica* e também *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, explicita de maneira ímpar a forma como os liberais construíram esta tese do Estado (sociedade política para Gramsci) distinto e separado da sociedade civil. A ideiação do mesmo como um ente superior descansa, entre outras razões, sobre

reflexo um não entendimento da reciprocidade entre as referidas dimensões ocasionando uma perda analítica que prejudica em conceber o Estado como parte das relações sociais, por isso permanentemente em disputa e, tão logo, instrumento de poder para qualquer que seja o grupo social fundamental.

Acontece que nos *embates hegemônicos*, entre burguesia e proletariado, Gramsci também é muito sagaz ao indicar que a história dos grupos dominantes se realiza no Estado ou envolto ao mesmo. Por outra parte, a história dos grupos subalternos é esporádica e episódica, corroborando para a ineficácia de intervenção na história concreta. Assim, seus desmedidos esforços por organizar-se, *fazer-se classe feito partido*, é, paulatinamente, obstruído pelos ataques sistemáticos da burguesia.

Seguindo as reflexões do pensador italiano (2011, p. 262), avistamos que dentre este emaranhado à qual corresponde o debate sobre hegemonia, que está imbricado com a questão da sociedade política (*grosso modo*, o Estado), vemos que ele faz uma vigorosa diferenciação entre as sociedades mais desenvolvidas e complexas, caso típico dos ocidentais, e as mais atrasadas. Ao referir-se ao primeiro caso, diz ele que a sociedade é tudo e o Estado é nada, ao passo que na segunda é o inverso que predomina. Isto quer dizer que na forma de concreção de uma determinada formação socioeconômica, importa saber e especificar as variadas camadas de proteção e enraizamento ideológico de que a fração hegemônica no *bloco histórico* tem disponível. Argumenta que entre o Estado (sentido abstrato) e a sociedade, há uma série de mecanismos

o entendimento de que funciona como "regulador" entre os interesses pessoais e de grupo.

que existem para manter um determinado consenso e evitar que as crises econômicas (mas também políticas ou militares) atinjam de modo direto o conjunto da sociedade e crie *fissuras* irreversíveis. Nas sociedades atrasadas, um mínimo abalo pode ocasionar fraturas no *bloco histórico*, e em seus procedimentos (*aparelhos privados de hegemonia*), cujas consequências podem tornar-se irrevogáveis.

Contudo, argumenta que há uma mudança importante que o movimento operário (e demais organizações que visem uma nova hegemonia) deve se atentar: a forma de proceder na disputa deve deixar de ser aquelas de estilo *putschistas* e/ou *catastrofistas*, isto é, vinculadas essencialmente ao que ele designa de *guerra de movimento*. Dado a complexidade, capacidade expansiva dos *aparelhos privados de hegemonia* e o profundo enraizamento ideológico, a disputa deve se dar, preferencialmente, em termos de *guerra de posição*. Ainda que não sejam duas esferas estanques, a *guerra de posição* é um caminho necessário de conquista de espaços e postos imprescindíveis na estrutura social cujo enredo final, por motivos de não aceitação da burguesia, deverá ser uma *guerra de movimento*, armada².

Em todos estes parágrafos quisemos deixar claro, através das categorias gramscianas, que a *construção* de uma hegemonia se trata de algo amplo e complexo e requer, no mais das vezes, um tratamento específico para analisar. A burguesia e o proletariado, classes sociais fundamentais, devem ter em suas proposições societais partes correspondentes aos anseios dos militares. Assim, a interlocução entre civis e militares acontece na medida em que ambos são possíveis de serem distinguidos *metodologicamente* (muito

² Ver GRAMSCI, 2011, p. 24

por conta de sua posição na estrutura social e na produção da subsistência humana) mas não *organicamente*.

Quando escrevia seu último texto antes de ser preso pela polícia fascista, Gramsci, ponderava em *A questão meridional* sobre a necessidade de o proletariado urbano setentrional criar mecanismos de aproximação das pautas entre eles e o campesinato do Sul. Esta composição da aliança *operário-camponesa* era o substrato essencial sobre o qual os *intelectuais* cumpririam papel essencial: tratava-se de evidenciar que o *bloco histórico* daquele período estava composto, nas sociedades do sul da Itália, por uma conexão direta entre os camponeses e o Estado. Contudo, esta conexão estava mediada por uma série de *intelectuais* cuja função seria a de manter o campesinato em sua condição “natural”, isto é, de dispersão, ao mesmo tempo em que unificados pelas proposições burguesas, expressas na junção das necessidades dos latifundiários do Sul e dos empresários do Norte.

Vejamos, Gramsci (2011, p. 64) diz que todo grupo social fundamental tende a criar para si uma camada de intelectuais responsáveis por fornecer o elemento do *consenso* na consagração de uma dada proposta societal cujos alicerces perpassam, inevitavelmente, o consentimento - passivo ou ativo - das demais frações da burguesia e da classe oposta, o proletariado.

Esta mediação dos *intelectuais* coloca seus locais de ofício (jornais, revistas e demais) na qualidade de *aparelhos privados de hegemonia*, isto é, componentes essenciais sobre o qual se espalha as concepções de mundo, *ideologia*, e conjuga as vontades esparsas em uma unidade possivelmente difusa e contraditória. A manutenção da hegemonia, como bem salientamos, se dá

por uma dosagem variável de *consenso* e de *força*, logo, o consenso fica a cargo de tais *aparelhos*.

Não obstante, estes *aparelhos* em questão não são monolíticos e, muito menos, impossíveis de serem alterados no que diz respeito às concepções propagadas e solidificadas a partir de e por meio deles. Os militares, através das Corporações, também podem desempenhar papéis de *intelectuais orgânicos* na medida em que contribuem para uma dada hegemonia, seja burguesa ou proletária³.

O debate metodológico e o caso chileno

Toda esta exposição do raciocínio de Gramsci acerca das questões referentes ao Estado nos servem, basicamente, para demonstrar que a discussão não é deveras simples e muito menos deve ser simplificada. Entendemos que o debate metodológico sobre o estudo das Forças Armadas, no qual compreende-se a *visão instrumental*⁴ e a *visão institucional-organizacional*, está inscrito neste outro

³ Pensamos que uma afirmação desta natureza quer trazer à tona dois eixos: 1) de um lado, afirmar que não estão distantes e separados das disputas entre as classes sociais fundamentais; 2) de outro, que são *orgânicos* na medida em que sua atuação interfere na forma da reprodução da vida, da valorização do capital e na luta de classes. Afinal, “esses intelectuais não se limitam a ser apenas os técnicos da produção, mas também emprestam à classe economicamente dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político. Dão homogeneidade à classe dominante e à sua direção”, isto é, “todo grupo social, quando se afirma no campo econômico (...) deve elaborar sua própria hegemonia política e cultural”. (GRUPPI, 2000, p. 80) Neste sentido o intelectual “é o quadro da sociedade; mais exatamente, o quadro de um aparato hegemônico”. (GRUPPI, 2000, p. 82)

⁴ Insere-se aqui, nesta vertente, o estudioso marxista Paulo Ribeiro da Cunha, o também marxista Nelson Werneck Sodré e outro de mesma corrente, o João Quartim de Moraes.

mais amplo e versa, essencialmente, sobre uma problemática fundamental: são, as Forças Armadas, um instrumento de poder no Estado ou, então, um poder dentro do Estado?

O entendimento das Forças Armadas como *instrumento de poder* tem um significado preciso no texto aqui elaborado: trata-se de fugir, em primeiro lugar, da possível vulgarização que o termo traz consigo, ou seja, de não identificar, de maneira grosseira, o termo com um conteúdo de instrumentalização. Assim, é *instrumento* na medida em que reproduz uma dada hegemonia em uma dada condição sócio-política e econômica. *Instrumento*, então, corresponde à atuação dos mesmos como *aparelhos privados de hegemonia*, isto é, uma vez capilarizada uma concepção de mundo, os militares, mediante Corporação ou não, atuam em favor desta *ideologia* ou *hegemonia*. Isso requer dizer, em segundo ponto, que a ação dos militares não é um dado *a priori*, pois que a identificação e a linha político-militar implementada é algo consubstanciado no terreno das *correlações de forças sociais*, isto é, na *luta de classes*. Vale ressaltar as distintas posições, ora progressistas ora reacionárias, da mesma Corporação militar em diferentes momentos históricos, o que realça a qualidade de *aparelho privado de hegemonia*.

Poderíamos ser diretos na resposta e apontar a nossa: é um instrumento de poder no Estado. Porque afirmaríamos desta maneira? Compreendemos que, segundo uma *visão instrumental*, é impossível considerar a atuação das Forças Armadas de modo estanque e autoexplicativa. Logo, por estar vinculada à esfera da superestrutura, isto é, à dimensão da *sociedade política*, a Instituição também é mediada pelas

relações sociais e envoltas, ativa ou passivamente, nos *embates hegemônicos*.

Grosso modo, neste demarcado debate poderíamos identificar, sob o preciso significado exposto acima, que o grupo em defesa da *visão instrumental* se vale do entendimento das Forças Armadas como um instrumento de poder no Estado, o que corresponde a dizer que estão, em maior ou menor grau, imbricados em uma das propostas hegemônicas como parte interessada. De outro lado, os de *visão institucional-organizacional* compreendem a corporação militar como algo monolítico, cuja forma de se averiguar deve ser em si mesma, por isso constitui um poder dentro do Estado. O movimento autóctone de comando e hierarquia garantem aos militares exercerem uma pressão "externa" (no sentido de não pertencimento) ao Estado em busca de seus interesses. De tal modo, "o fenômeno militar é auto-explicável, tendo entre seus traços mais salientes, (...) a centralização do aparelho militar, cuja expressão maior desse processo e do conceito [o da leitura metodológica *institucional-organizacional*⁵] é seu deslocamento das influências civis". (CUNHA, 2014, p. 27). No primeiro caso, o que se verifica é que os militares realizam suas demandas na proporção direta de sua íntima conexão com a proposta hegemônica. Agem, portanto, em conluio.

Um dos autores que partem da concepção da corporação enquanto *instrumento de poder* é Hernán Ramírez Necochea, em sua síntese da história das Forças Armadas no Chile ("Las Fuerzas Armadas y la Política en Chile: 1810-

⁵ Cabe ressaltar as pioneiras e importantes contribuições de Edmundo Campos Coelho em seu livro *Em busca da Identidade*, e Alain Rouquié com sua rica exposição acerca n'Os *Partidos Militares no Brasil*.

1970"). O eixo dinâmico da reflexão do chileno é que, diante da possibilidade de haver um militarismo exacerbado, em decorrência dos caudilhos políticos com "forças armadas" próprias, a constituição e concepção da estrutura militar chilena se deu sob dois fundamentos: a) que as Forças Armadas fossem profissionais para evitarem tomarem lado na contenda social, ou seja, de intervirem e interferirem na marcha política da República; b) entretanto, paradoxalmente, que não fossem "neutras" mas que reivindicassem a ordem e o *status quo* estabelecido pelas frações dominantes. Então, é válido que façamos uma retrospectiva histórica desta formação.

O resultado final do período conhecido como "Anarquia" (1823-1830), momento de intensa disputa entre os "caudilhos" políticos, a aristocracia assume, em 1830, como fração hegemônica alocada no Estado sob liderança, para assuntos militares, de Diego Portales. A tendência que se punha, para ele, era a de um governo forte e muito centralizado, evitando que quaisquer instituições, inclusive a Igreja, pudesse se tornar um perigo – "poder paralelo" - ao Estado⁶.

Pode-se afirmar que as ideias consagradas neste período é uma continuação daquelas expostas ainda no período de dominação espanhola, onde as relações entre as "esferas" da vida social, aí incluída a religiosa e a militar,

⁶ "En el fondo, lo que se planteaba era la creación lisa y llana de nuevas fuerzas militares, diferentes en su espíritu, organización y funcionamiento de las que fue preciso levantar durante la lucha por la independencia y que todavía, en cierta medida, continuaban existiendo en 1830. Tales fuerzas debían reflejar con propiedad las nuevas características que empezaba a tomar el Estado nacional. Además, debían acomodarse a la situación de hegemonía completa que adquiriría la aristocracia." (NECOCHEA, 2007, p. 492)

deveriam estar subordinadas integralmente às forças sociais que comandavam o Estado. Em poucas palavras, ficou restrito às forças armadas o papel de instrumento do Estado por onde este realiza as políticas orientadas pelas frações de classe no poder. Determinou-se, categoricamente, a restrição de autonomia das mesmas enquanto corporação, retirando-lhes a faculdade de ingerir em assuntos distintos e objetivos corporativos⁷.

A burguesia, grosso modo, adotaria, tempos depois, a mesma postura dos aristocratas em relação à posição do Exército e sua funcionalidade no seio do Estado e nas relações sociais. Para Necochea, a atitude coincidente das distintas classes dominantes, burguesia e aristocracia, possibilitou que o Exército permanecesse frágil e débil perante a "Guardia Nacional"⁸ até 1878.

Os anos que se seguiram após a Guerra do Pacífico, 1879, são marcados por grandes mudanças na estrutura militar e elas são provenientes de diversos fatores: tanto problema de caráter internacional (defesa da soberania e das fronteiras com os países vizinhos), como internos (de ordem político-social), e também referentes aos avanços tecnológicos no

⁷ "Esto es, se les fijó un marco de responsabilidades eminentemente políticas, pero limitado y pasivo u obediente con respecto a quienes ejercían la dirección política total del Estado; llegaron pues a tener un papel político - consustancial a su calidad de órganos del Estado - caracterizado por el manejo concreto de los más importantes instrumentos de coerción estatal y por el predominio de lo que pudiera estimarse una ética de abstención a actuar por sí misma y de subordinación al poder constituido." (*Ibidem*, p. 496-97)

⁸ Criada em meados da década de 1830 como forma de assegurar que os militares se valessem do uso exclusivo de armas em favor de alguma classe. Era uma instituição majoritariamente civil com status militar e foi dissolvida somente nas reformas realizadas nas primeiras duas décadas do século XX.

ramo militar. Formando parte deste conjunto de mudanças estruturais, está a ascensão do proletariado enquanto classe. Sua presença e seu crescimento organizativo reclamou às frações dominantes aumentar o aparelho repressivo do Estado para conter o movimento operário e suas manifestações⁹.

Por fim, depois da Guerra Franco-prussiana muitas inovações tecnológicas, de organização e estruturação das Forças Armadas. Dado que durante a Guerra do Pacífico se constatou uma enorme deficiência das Forças Armadas chilenas, chegou-se a conclusão de que era hora de reformar e modernizar as estruturas e a organização da mesma em território chileno. Em razão disto cresceram exponencialmente a compra destes materiais bélicos em proporção estranha às capacidades financeiras do país.

Facilmente se pode afirmar que nos governos de Santa María e Balmaceda é onde se tem os maiores índices de repasse fiscal em orçamentos para as forças armadas. Estima-se que entre 1880-90 foram cerca de 20 a 30% do PIB chileno destinado para defesa nacional, o que o tornou uma grande potência bélica na região latino-americana e chegou a ser a 15ª entre os países do globo. As mudanças que se viu no exército também ocorreram na

Marinha, com a compra de diversos e modernos barcos e embarcações de guerra. Hernán diz que é muito provável que estes investimentos na marinha de guerra estejam imbuídos das concepções inglesas de dar atenção às forças navais.

Estas mudanças fortaleceram a posição dos membros da caserna a atuarem como um grupo de pressão sobre o governo, dado que era consensual entre eles que houvesse uma melhora constante no ambiente de trabalho e nas ferramentas (armamentos e espaços físicos) utilizadas. Grande parte desta pressão estava assentada em uma política armamentista defendida, até certo ponto, por civis e muito estimulada pelas forças armadas. Entendiam que só assim poderiam estar preparados para uma possível coalizão de forças da Argentina, Bolívia e Peru. Para Necochea, esta política armamentista marca um divisor de águas na composição forças armadas no Chile¹⁰. Esta política esteve assegurada sobre dois pontos: em primeiro lugar, para dar vazão aos sentimentos de insegurança fronteiriça; em segundo, no grande capital acumulado nas novas terras anexadas pelo Chile, fonte de salitre e de cobre, itens importantíssimos na pauta de exportação do país, logo, responsáveis diretos pela entrada de divisas mediante comércio internacional.

⁹ "Por otra parte y precisamente como consecuencia de la participación cada vez más activa de las masas populares en la vida política - sobre todo después del establecimiento del sufragio universal en 1888 y de la aparición de partidos políticos y organizaciones sindicales de trabajadores- se visualizó el servicio militar obligatorio instaurado en 1900 como una especie de 'escuela de civismo y de patriotismo' y, por lo mismo, como un mecanismo que podría influir 'positivamente' sobre el comportamiento político de quienes habían pasado por los cuarteles y, a la vez, inducirlos a actuar en conformidad a la ideología castrense que se había tratado de inculcarles." (*Ibidem*, p. 509)

¹⁰ "Por lo dicho se puede apreciar cómo, en un país en que el civilismo aparecía con caracteres singularmente acusados, las clases dirigentes produjeron -o se vieron compelidas a producir- un inusitado desarrollo de las fuerzas armadas. Se rompió así un esquema militar que se había establecido en los albores de la República y que obedeció, durante mucho tiempo, a motivaciones de carácter político-social y a prevenciones contra cualquier asomo de militarismo. Todo ello, si bien satisfacía necesidades e intereses importantes, entrañaba también serios riesgos para la subsistencia de un sistema político en que los militares habían sido relegados a sus labores exclusivas." (*Ibidem*, p. 513-14)

Em consequência, as frações civis hegemônicas temiam que esta reestruturação das forças militares pudesse implicar em um menosprezo, por parte deles, à unidade monolítica até então conformada, que expressava obediência e uniformidade na resposta ao comando dos civis. Por outra parte, os temores estavam vinculados ao fato de que os militares tinham exclusividade no manejo de armamentos cada vez mais complexos e dispunham de somas crescentes de verbas estatais que nada, na esfera governamental, poderia contrapor. Isso poderia facilitar a transição de concepção dos militares de instrumento do Estado para um poder dentro do Estado, acarretando uma ameaça de militarismo evidente. Como forma de evitar que os militares desenvolvessem um sentimento de casta e uma atuação corporativa na marcha da vida republicana, é que as reformas foram acompanhadas de inovações educacionais e ideológicas visando à neutralização deste possível militarismo¹¹.

¹¹ Foram elas: em primeiro lugar, tratou-se de dar aos oficiais e suboficiais o máximo de caráter profissional para sua atuação mediante escolas especiais de formação militar e uniformidade ideológica. Muito destas mudanças tiveram grande ajuda do General alemão Emilio Kerner; em segundo lugar, procuraram constituir um método de ascensão, promoções e nomeações de modo mais neutro possível. Visavam isolar os militares das disputas internas à classe dirigente e de situações extramilitares que pudessem implicar em uma associação perigosa dos uniformizados e os civis; em terceiro lugar, se manteve e se acentuou um sistema rigoroso de disciplina interna embasados em um forte autoritarismo. Para que isso pudesse acontecer, a figura dos chefes e oficiais eram revestidas do máximo prestígio e toda e qualquer insubordinação dos soldados para com estes, quaisquer que fossem, seria tachado de pernicioso e duramente reprimido. Contraditoriamente, as disposições regimentais e regulamentares apresentavam a obediência reflexiva como norte dos soldados, mas na

Outrossim, as frações dominantes transferem às forças armadas uma dada concepção de mundo que visa conectar os elementos civis e os militares, ponderando a necessidade de ajustar-se à estrutura militar, mas também de identificar e manter o que há de comum entre as diversas frações dominantes em disputa intestina, isto é, eliminar as interferências políticas possíveis e incutir o *denominador comum* das classes dominantes¹². "Es decir, dicha concepción unitaria tenía que coincidir con la que convenía a los sectores interesados en la estabilidad y perdurabilidad del régimen burgués", isto é, " en Chile hubo el claro designio de producir y luego de mantener la más estrecha articulación de las fuerzas armadas al régimen político-social establecido, del que no podían ser otra cosa que su expresión militar." (*Ibidem*, p. 523)

Na prática, adverte o comunista chileno, através de dispositivos legais, o Estado sempre buscou conferir às forças armadas uma autonomia parecida com a que gozavam alguns outros setores administrativos do mesmo Estado. Esta autonomia foi prezada por diversos presidentes a fim de impedir que quaisquer eventuais problemas políticos pudessem interferir na cadência dos

prática esteve muito longe de qualquer efetividade.

¹² "En Chile, como en todas partes, las fuerzas armadas han sido incapaces de generar una ideología. Esto es, no han podido dar formas a un conjunto coherente de ideas fundamentales relativas a la sociedad en general, a los diversos, complejos y variables elementos constitutivos de la estructura social, incluidos los de orden político y también los que conciernen a las propias fuerzas armadas. Justamente por ello es que lo que pudiera llamarse la ideología militar contiene exactamente los elementos que las fuerzas hegemónicas de cada sociedad y de cada época han transmitido, con particulares modalidades, a los cuerpos militares." (*Ibidem*, p. 523)

quartéis. "En todo caso, implicaba una muy frágil concesión política al espíritu que tendía a consolidarse en esas fuerzas." (*Ibidem*, p. 522)

Exposta a "ideologia militar", pode-se aventar que muitos dos seus elementos componentes eram claramente contraditórios entre si. Alguns de raiz reacionária, tradicionalista, não concordavam com as aspirações e métodos democráticos de decisão reivindicados por parte da população. Deste ponto de vista, a ideologia em si estava sedimentada na necessidade de manter as forças armadas como um bloco monolítico que impossibilitasse sua oscilação de acordo com os variados interesses político-sociais demandados por diferentes frações em disputa na sociedade. Representava uma vigorosa tentativa de substituir a consciência de cidadão pela de soldado, a fim de mantê-lo preso à neutralidade e imparcialidade de ação¹³, ou então à chamada "ação necessária" (momento em que a Constituição determina uma forma específica de comportamento perante o meio social).

Em resumo, diz Necochea, as classes dirigentes pensaram para as forças armadas as seguintes características: a) Sentimento profissional robusto e uma consciência da especificidade de suas funções e atribuições suficientemente sólida para marginalizá-los da luta política; b) um caráter genericamente conservador que os identificasse, por

¹³ "Las fuerzas armadas, entonces, quedaron insertas en el esquema de la lucha de clases y situadas en la barricada de las clases dominantes; por esto no fueron ni pudieron ser neutrales frente al conflicto social. (...) se trató de inmunizarlas contra cualquier receptividad o simpatía hacia doctrinas consideradas subversivas, dañinas para el 'orden natural' de las cosas y a las que se descalificaba como 'exóticas' y contrarias a las tradiciones nacionales." (*Ibidem*, p. 529)

completo, com a estrutura sócio-política da ordem.

Este comportamento de afeição à ordem e à Constituição rendeu, ao Exército, diversos generais e demais oficiais cujas matizes teóricas e posturas éticas eram pautadas, fidedignamente, pelo constitucionalismo e/ou legalismo. Comandantes-em-chefe como Novoa, Arraigada, Schneider e Prats são exemplos disto. Completa:

No obstante lo expuesto, es preciso reconocer que a pesar de su vigor y gravitación, esa ideología no fue suficiente -ni podía serlo- para ahogar la conciencia política de jefes, oficiales y suboficiales, para dejarlos indiferentes frente al acontecer político nacional o internacional, para impermeabilizarlos respecto de las corrientes ideológicas que operaban en Chile o en el exterior y para, en última instancia, convertirlos en marginados totalmente del país, del mundo e de la época. (*Ibidem*, p. 533)

Os generais utilizados como expressão do constitucionalismo, muito forte em certas frações internas à caserna nas décadas de 1960 e 1970, reproduzem, em verdade, algo que estamos tentando demonstrar com o histórico do Exército: ainda que se possa observar que Pinochet tenha falado "em nome" dos seus quando da derrubada de Allende (mesmo fato de quando os militares derrubaram Balmaceda quase um século antes), ali estava exposto há concreção de um processo de disputa hegemônica interna na caserna. Ou seja, a linha político-militar do Exército é algo em permanente disputa, a despeito dos momentos em que a Corporação parece atuar monoliticamente. A destruição do *bloco histórico* liderado pela *Unidad Popular* é, ao mesmo tempo, a reconstrução e solidificação de outro e

sob uma nova composição de *correlação de forças* e dosagem na relação capital/trabalho.

Assim, quando nos debruçamos sobre o fatídico dia 11 de Setembro de 1973, na cidade de Santiago, imediatamente nos vem à cabeça a figura de Augusto Pinochet, então comandante-em-chefe das Forças Armadas, exigindo que Salvador Allende, presidente eleito pela Unidad Popular, entregasse o cargo em prol do "bom" funcionamento da democracia. Nota-se que aqui três elementos ficam evidenciados: 1) a participação direta das Forças Armadas na realização do Golpe de Estado; 2) a destituição de um governo socialista, que em muito pouco infringiu a Constituição; 3) um embate preciso e recortado acerca da concepção de democracia.

Os três fatores citados acima são, em nosso entendimento, o que se pode chamar de *aparentes*, pois que a *essência* dos fenômenos está muito mais enraizada e submergida na profunda vinculação de todos eles na esfera da luta de classes. Como não poderia deixar de ser, o passo seguinte do questionamento é: se o Golpe foi civil e militar, quem eram as forças sociais civis que o impulsionaram e colaboraram para a execução? Os agentes são variados e as expectativas com o mesmo evento são distintas, mas o que une a todos é a *questão de classe*.

A Unidad Popular, naquele contexto histórico, representava o ápice da organização popular, sindical e revolucionária. O arranjo das forças progressistas, nacionalistas de esquerda e revolucionárias em torno de um projeto unificado possibilitou que a utopia socialista pudesse galgar mais concretude no terreno histórico da vida cotidiana, contrariando e questionando os pilares essenciais do *status quo* e da ordem moral burguesa: invoca-se o

planejamento econômico para substituir a *mão invisível* do mercado; impulsiona-se a classe trabalhadora a tomar centralidade na *política em ato*, isto é, ter em suas mãos as rédeas da História; e, por fim, propõe-se uma nova forma de sociabilidade que contraria a *meritocracia*, o *tradicionalismo* e a *naturalização da hierarquia* (de classe).

Enquanto oposição estrutural de classe, a burguesia estava plenamente consciente das propostas da outra classe social fundamental. O trajeto de constituição do projeto socialista, entificado, à duras penas e passíveis de muitas críticas, na Unidad Popular, não foi algo de curto prazo, mas fruto de um movimento de *processualidade histórica* dos subalternos em consolidar um projeto *de classe* que desse vazão às demandas populares. Sendo assim, as respostas burguesas a este constructo são de diferentes intensidades e com variado grau de coesão teórico-prática. Ao longo do século XX, ao menos três tentativas de apresentar um *novo consenso* (que é interno, pois que agrega as frações burguesas em uma única ação, mas também externo, dado que visa "apassivar" a classe trabalhadora). Foram elas: a *Misión Kemmerer* (1927-1932), *Misión Klein-Sacks* (1955-1958) e os *Chicago Boys* (1956-1976)¹⁴. Vale a nota de que todos eles tiveram participação (quase) exclusiva de intelectuais que buscavam na teoria econômica ilações práticas para orientar a *ação de classe* burguesa.

Depois de exposto todos os argumentos e mediações que julgamos necessários, entendemos ser possível elencar algumas

¹⁴ Os três eventos citados como correspondentes de tentativas de amálgama de um *consenso* tipicamente burguês, são válidos na proporção direta de seus avanços. O elemento em comum às três é a interferência estadunidense como paradigma de elaboração teórica e de resposta prática para as problemáticas econômico-sociais.

possíveis reflexões. No momento do Golpe de Estado, em 1973, a composição teórico-política ficou a cargo dos Chicago Boys, mas, com a complacência do setor militar hegemônico na caserna. Ao expormos os vínculos entre estes e as classes sociais fundamentais, no intuito de deixar evidente a recíproca influência interno/externo, tínhamos o objetivo de demonstrar que eles agiram como *intelectuais orgânicos do capital* na medida em que contribuíram para a formulação, planejamento e execução deste plano de ação violento, expressão do novo *consenso* burguês.

Considerações

Buscamos, neste texto, demonstrar como o debate sobre as Forças Armadas merece nossa atenção e, mais, nossa dedicação. Esquivar-se deste enfrentamento é aceitar, incoerentemente, uma associação rasteira entre Corporação e militares como unidade indivisível. Colocar-se à disposição é compreender a necessária intermediação das dimensões *interna* e *externa* como algo existente e, para além disto, estabelecer os vínculos necessários para uma análise sadia.

Esta compreensão é possível, pois que a articulação feita das categorias gramscianas permite-nos fazer uma ilação teórica cuja centralidade está no entendimento do Exército como pertencente à sociedade, logo, um espaço em disputa permanente: um *aparelho privado de hegemonia*. A suposta neutralidade destas corporações é facilmente contraposta pela própria história de sua constituição – que procuramos demonstrar – pois que seu papel oscilou por conta de uma dada

inclinação em favor de alguma das classes sociais fundamentais e, mais ainda, por interesses imediatos e correspondências ideo-políticas com frações de classe, burguesa ou proletária.

Referências

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CUNHA, Paulo R. **Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa**. - 1ª ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 3**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUPPI, L. **Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. - 4ª ed. - Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

LORENA, Elton R. Breves anotações sobre o princípio da crítica marxiana ao Direito. **Aurora**, Marília, n. 4, p. 27-36, 2009.

MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Siciliano, 1991. vol. 1

_____. **A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994. vol. 2.

NECOCHEA, Hernán R. **Obras Escogidas volumen II: Antecedentes económicos de la Independencia de Chile; Origen y formación del Partido Comunista de Chile; Las Fuerzas Armadas y la Política en Chile (1810-1970)**. - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2007.

ROUQUIÉ, Alain. (org.) **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. - 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.